



## ATA Nº 10/2023

Aos 14 dias do mês de junho de 2023, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a terceira sessão ordinária do ano 2023, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Rosa Martins Freitas Duarte, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia;
2. Pedido de autorização para constituição de direito de superfície sobre o edifício da Espinho 3 a favor da Academia de Música de Espinho;
3. Proposta de 2.ª Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais 2023 (Grandes Opções do Plano e no Orçamento da Receita e da Despesa);
4. Projeto de "Regulamento municipal de atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social";
5. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
6. Aprovação de atas das sessões extraordinárias de 12/04/2023 e 25/04/2023 e da sessão ordinária de abril de 2023;
7. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros Joana Raquel da Silva Devezas, António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa, José Adolfo Carvalho Rocha, Rui Manuel Martins Fidalgo, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Abel Jorge Correia dos Santos, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende, Bruno José da Silva Morais e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da

Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros João Humberto Santos Cunha Bastos por Manuel Novais, Isabel Maria Pinhal Resende por José Manuel Alves Novo, Álvaro Paulo Alves Leite por Manuel Cardoso Pereira, de Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Margarida Pires, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha por Floriano Augusto de Oliveira Alves.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas e os Senhores Vereadores Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João Manuel Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, advertindo todos os presentes que seria transmitida em direto e que, de acordo com o parecer da Proteção de Dados era necessário que assinassem a declaração que lhes foi entregue a darem consentimento para o efeito. Caso não concordassem, quando se dirigissem ao púlpito, teriam de avisar para pararem a transmissão.

Entrando na ordem de trabalhos, convidou o vogal do grupo do PSD, Nuno Almendra, a apresentar o primeiro documento para o PAOD

*Voto de Saudação à Associação Académica de Espinho pelos Títulos Nacionais de Voleibol e Ginástica: A Associação Académica de Espinho é uma das coletividades desportivas e culturais de referência do concelho de Espinho. Fundada em 22 de janeiro de 1938, foi considerada de utilidade pública em setembro de 1978. Atualmente tem centenas de atletas distribuídos por várias modalidades, onde se inclui o voleibol e a ginástica. Das suas escolas de formação de voleibol saíram vários atletas para diferentes seleções com principal destaque para João Brenha e Miguel Maia. Na seção de ginástica destacaram-se Sílvia Saiote e Ana Simões que se sagraram campeões do mundo na disciplina de trampolins. A prática de desporto pode trazer um conjunto de benefícios não só a nível físico como psíquico e social, assumindo um papel preponderante no pleno e harmonioso desenvolvimento das crianças e jovens. "O desporto consegue unir as pessoas como mais nenhuma atividade. O desporto pode fazer surgir esperança onde havia desespero. O desporto*



*elimina os obstáculos raciais. O desporto fala às pessoas numa linguagem que todos podem compreender” Nelson Mandela. Assim a Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 14 de junho de 2023, delibera: saudar as equipas de Sub-21, juniores masculinos e iniciados masculinos, os seus atletas, técnicos, funcionários e dirigentes pela conquista dos respetivos Campeonatos Nacionais de Voleibol. Saudar o atleta Santiago Ramos, técnicos, funcionários e dirigentes pela conquista do título de Campeão Nacional no escalão de iniciados da 1ª divisão no Campeonato Nacional de Trampolim Individual e Sincronizado.”*

Votação: aprovada por unanimidade dos presentes

Nuno Almendra (PSD) *Voto de Saudação ao Sporting Clube de Espinho pelos Títulos Nacionais de Boccia: O Sporting Clube de Espinho fundado a 11 de novembro de 1914, foi a vigésima- sétima agremiação desportiva em Portugal para a prática do futebol. Atualmente conta com mais de 1000 atletas nas diversas modalidades, completando no presente ano, 109 anos de existência. O Boccia surgiu em Portugal, em 1983, modalidade esta, praticada no Sporting Clube de Espinho. Durante estes anos, os seus atletas têm conquistado diversos títulos regionais e nacionais, contando também com a presença nas seleções nacionais. “O desporto tem o poder de superar velhas divisões e criar o laço de aspirações comuns.” Nelson Mandela Assim, a Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 14 de junho de 2023, delibera: - Saudar os atletas João Pinto, Ana Correia, André Ramos e Herlander Correia, técnicos, funcionários e dirigentes, pela conquista dos Campeonatos Nacionais de Boccia nas categorias Individual BC1, Individual BC2, Individual BC1 (1ª divisão) e BC5 Masculino, respetivamente.”*

Abel Santos (PSD) *Saudação ao dia Mundial do Meio Ambiente: No passado dia 5 de Junho celebraram-se 50 anos do Dia Mundial do Meio Ambiente. Este ano o anfitrião da comemoração foi a República da Costa do Marfim, em parceria com os Países Baixos, sob o tema soluções para a poluição plástica. Este é o dia mais significativo na ação ambiental e envolve governos, empresas, celebridades e cidadãos na concentração de esforços no que diz respeito à problemática da questão ambiental. Neste momento crítico em que o nosso planeta enfrenta desafios ambientais significativos, como mudanças climáticas, perda de biodiversidade e degradação dos ecossistemas, é crucial que adotemos medidas concretas para garantir um futuro sustentável para as próximas gerações. Todos nós, como agentes da mudança,*

*devemos reconhecer a necessidade de fortalecer e implementar políticas públicas voltadas para a proteção e conservação do meio ambiente. Isso inclui o estímulo à transição para fontes de energia limpa e renovável, a promoção da economia circular, a proteção dos recursos hídricos, a preservação das áreas verdes e o incentivo à mobilidade sustentável. No entanto, a proteção do meio ambiente não é apenas uma responsabilidade dos governos. Todos nós, como cidadãos, precisamos desempenhar o nosso papel individualmente e coletivamente. Pequenas ações, como a redução do consumo de água e energia, a reciclagem de resíduos, o uso consciente dos recursos naturais e a valorização da natureza nas nossas vidas diárias, têm um impacto significativo quando multiplicadas por milhões de pessoas. Devemos também incentivar a consciencialização e a educação ambiental, tanto nas escolas como nas nossas comunidades, para que todos compreendam a importância vital do meio ambiente e se tornem agentes ativos na mudança. Nesta data especial, importa também alertar o executivo municipal a se unir e contribuir em prol de uma agenda ambiental mais forte. É preciso estabelecer metas ambiciosas e viáveis, desenvolver planos de ação objetivos e mobilizar recursos para pôr em prática as medidas necessárias. As recentes notícias relativas à linha de alta velocidade e os seus impactos, também ambientais, no nosso concelho são preocupantes. Aguarda-se por parte do executivo, os esclarecimentos ainda em falta às populações, ao contrário do que está a acontecer em vários municípios afetados, e, paralelamente, uma posição firme e assertiva na defesa dos superiores interesses do concelho e principalmente das freguesias afetadas. Os impactos deste projeto na qualidade de vida das pessoas, na destruição de habitações, eliminação de zonas verdes e património, obriga a uma ação robusta que impeça os potenciais malefícios previstos para o nosso território. Lembremo-nos de que o Dia do Meio Ambiente não é apenas uma celebração, mas também um lembrete da responsabilidade que temos para com a nossa região e as gerações futuras. O que fizermos hoje terá um impacto duradouro no amanhã. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho reunida em 14/6/2023 saúda o Dia Mundial do Ambiente convidando todos a trabalharem juntos, com determinação e compromisso, para garantir um futuro sustentável e equilibrado para o nosso município.”*

Votação: aprovada por unanimidade

Abel Santos (PSD) Voto de Saudação ao Dia da Energia: *Celebramos no passado dia 29 de Maio o Dia da Energia, um momento importante para refletir sobre o papel*



*crucial que a energia desempenha nas nossas vidas, no desenvolvimento da nossa sociedade e planeta que habitamos. A energia é o combustível que impulsiona a nossa economia, alimenta as nossas casas, mantém os setores da sociedade a funcionar e impulsiona a inovação em todos os planos. Neste dia especial, gostaríamos de destacar a importância de uma abordagem sustentável em relação à energia. Precisamos adotar fontes renováveis, como a energia solar, eólica ou biomassa, que não apenas reduzem a nossa dependência de combustíveis fósseis, mas também contribuem para a preservação do meio ambiente. Além disso, a eficiência energética desempenha um papel vital na busca por um futuro mais sustentável. Devemos promover o uso responsável da energia, incentivando práticas que reduzam o desperdício e promovam a sua conservação. Isso beneficia não apenas o meio ambiente, mas também ajuda a reduzir os custos de energia para as famílias e as empresas. Como representantes do povo, temos o dever de apoiar políticas e iniciativas de promoção ao acesso universal à energia limpa e sustentável. Devemos investir em infraestruturas energéticas, difundir a produção de energia com base em recursos renováveis e garantir que todos tenham a oportunidade e acesso às vantagens daí resultantes. São vários os apoios disponíveis para implementação e aplicação de medidas de eficiência energética e poupança de energia, seja no âmbito da produção de energia elétrica ou térmica, iluminação mais eficiente e mobilidade sustentável. A diversidade de medidas disponíveis no âmbito do plano REPowerEU e assentes em verbas do PRR, justificam um olhar atento por parte do executivo municipal a esta temática, integrando o desígnio comum de transição energética e mudança de paradigma que está em curso em todo o espaço europeu. Portanto, neste Dia da Energia, instamos a que todos reflitam sobre a importância da energia sustentável e assumam um compromisso pessoal em fazer escolhas responsáveis em relação ao consumo de energia e adoção de comportamentos energeticamente sustentáveis. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho reunida em 14/6/2023 saúda o Dia da Energia, convidando todos a refletirem sobre o papel que cada um pode desempenhar na transição para uma matriz energética mais sustentável, comprometendo-se a desenvolver ações concretas de promoção de uso responsável e consciente da energia. Juntos, podemos construir um futuro mais limpo, mais verde e mais próspero para todos.”*

Aprovada por unanimidade

Ana Rezende (CDU) *Saudação (50 Anos da Cidade de Espinho):* No próximo dia 16 de Junho de 2023 a Cidade de Espinho completará o seu quinquagésimo aniversário. Datam da Idade do Ferro os primeiros testemunhos objectivos de vida no Concelho, revelados pelo Castro de Ovil (século IV-III AC). Numa rápida viagem ao longo da História, percebemos que devido à sua inigualável situação geográfica, no litoral norte, Espinho cedo atraiu e fixou populações. Desde os pescadores da sardinha e agricultores, em parceria na "Arte Xávega" até à nobreza monárquica e à burguesia republicana, foram-se conjugando e desenvolvendo-se vontades que, em pouco mais de um século, um pequeno abrigo piscatório temporário ascendesse a freguesia, depois a Concelho e finalmente a Cidade. Contudo, a rápida evolução histórica daria lugar a uma visão autárquica que, nas últimas décadas, sacrificou os interesses públicos ao poder económico. Espinho expulsou jovens e população activa do Concelho – através da especulação imobiliária, da cedência aos grandes interesses financeiros e da diminuição de postos de trabalho – e colocou o Concelho e a Cidade em rota de regressão, com a perda de serviços, de centralidade regional e de vida social. A braços com uma forte crise económica, social e demográfica Espinho terá que "arrear caminho", preservando e desenvolvendo as suas actuais potencialidades, através da adopção de políticas que: - Fixem as crianças e os jovens que estudam em Espinho sem cá habitar, através da construção de habitação acessível; - Atraiam os melhores, os construtores de futuro, uma nova geração de Espinhenses que dignifique a nossa bela história; - Resolvam "os elefantes brancos" que construiu a pensar em interesses alheios ao Concelho; - Salvem urgentemente o ainda possível Património; - Abandonem projectos imobiliários megalómanos que abrirão (ainda mais!) as nossas portas à expulsão da população Espinhense; - Criem mobilidade, através de uma rede de transportes públicos em todo o Concelho. Comemorar o Cinquentenário da Cidade, obriga-nos a uma grande reflexão geral sobre o Concelho, para resolução dos graves problemas atuais e para definição das linhas orientadoras com que Espinho quer enfrentar o futuro. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 14 de Junho de 2023, saúda todos os Espinhenses neste cinquentenário da Cidade de Espinho, lembrando o exemplo de tantos homens e mulheres que nos antecederam e que souberam pôr os interesses de Espinho em primeiro lugar, oferecendo-nos o Concelho e a Cidade que hoje somos, inspirando-nos o futuro que deveremos construir."

Intervenções



Teixeira Lopes (PS) disse que estavam a esquecer-se de todos os graves problemas que Portugal enfrentou mesmo na altura em que a cidade de Espinho foi criada, em que viviam no regime fascista, em ditadura, não se podendo esquecer que a Revolução de Abril veio permitir as autarquias locais fazerem. Que julgava excessiva a caracterização feita naquela saudação. Que em 1976, Espinho, Almada e Póvoa do Varzim foram promovidas a cidade o que, na sua opinião, representou uma mascarada para encobrir as carências que tinham e que continuaram a ter

Ana Rezende disse que a saudação não pretendia fazer uma resenha histórica, mas sim evidenciar que, no passado, houve pessoas que pugnaram pelo desenvolvimento do concelho e que atualmente, fruto de um série de más opções políticas na gestão autárquica, contribuíram para o definhamento de Espinho. Reconhecia que, com o fascismo, a elevação a cidades era uma manobra propagandista e que, com o 25 de abril surgiu o verdadeiro poder local, mas que não se podiam esquecer que já em democracia e com o verdadeiro poder local implantado, várias políticas de direita adotadas tinham vindo a atacar aquele mesmo poder local

Votação: aprovada por unanimidade

Nuno Almendra (PSD) *Voto de Saudação ao 50º Aniversário da Elevação de Espinho a Cidade: Espinho comemora no próximo dia 16 de junho, 50 anos da elevação a cidade. No dia 16 de junho de 1973, com Manuel Baião Nunes dos Santos à frente dos destinos da Câmara Municipal de Espinho, comemorou-se de forma efusiva na nossa cidade este feito. Seguiram-se Artur Bártolo, José Fonseca, José Gomes Almeida, M<sup>a</sup> Elsa Tavares, Romeu Vitó, José Mota, Joaquim Pinto Moreira, Miguel Reis e, atualmente, M<sup>a</sup> Manuel Cruz. A planta da cidade de Espinho desenhada pelo Eng.º Bandeira Neiva em 1900, é uma das características singulares da nossa cidade, que juntamente com a numeração das ruas, constituem uma matriz diferenciadora. Espinho tem sofrido várias alterações durante estes 50 anos, fruto do empenho, dedicação e astúcia de quem conduziu e presidiu a Câmara Municipal. Não obstante todos os desenvolvimentos realizados, a verdade é que onde durante muitos anos tivemos grandes empresas, que criaram postos de trabalho e ancoraram população que permitiu a sua ascensão a cidade, tal como promoveram o seu nome e o nosso concelho por todo o território nacional, bem como, além-fronteiras, hoje temos um concelho com um tecido empresarial reduzido, sustentado sobretudo em serviços e comércio. O concelho de Espinho tem uma localização geográfica privilegiada, com*

*excelentes acessos a uma rede rodoviária e ferroviária, que facilitam muito a mobilidade de e para o concelho. Espinho tem acesso direto às autoestradas A1, A29 e A41 e à linha do Norte e linha do Vouga. O porto de Leixões, o porto de Aveiro e o aeroporto Francisco Sá Carneiro estão a 30 minutos do concelho. Todos estes fatores, juntamente com a proximidade à cidade do Porto e a sua inclusão na zona metropolitana do Porto, deveriam ser devidamente promovidos, porque efetivamente são, mais valias do nosso concelho. Estas acessibilidades, fazem de Espinho um território de Excelência para quem aqui pretender desenvolver a sua atividade industrial, bem como, para quem escolhe o nosso território para viver. Espinho é um destino muito procurado pelos veraneantes, onde encontram uma costa de praia de excelência, banhada pelo oceano Atlântico, ao longo dos seus 8 km de extensão. Este movimento de pessoas sazonal potencia algumas atividades económicas, como a restauração, o alojamento e o comércio local. A praia e o mar são, assim, recursos naturais que devem ser explorados e potenciados. O concelho de Espinho apesar de geograficamente pequeno, apresenta limitações de transportes públicos que dificultam a mobilidade entre freguesias e por vezes dentro da mesma freguesia, criando dificuldades na mobilidade dos seus fregueses e no acesso a alguns serviços fundamentais. Urge o cumprimento de uma das medidas apresentada no projeto político vencedor, a criação de uma rede municipal de transportes de proximidade gratuito. O concelho de Espinho tem nas diferentes freguesias uma riqueza humana, sociocultural e desportiva que merece ser apoiada, potenciando a diversidade de recursos naturais existentes em cada um dos seus territórios. Estes 50 anos são um momento importante de reflexão, que devem ser analisados de forma objetiva, minuciosa e, com um grande objetivo, projetar e dimensionar Espinho para os próximos anos e gerações vindouras. Com efeito, fruto dos investimentos realizados nos últimos anos, temos um parque escolar renovado, novas acessibilidades, novos equipamentos, que não só resolveram algumas carências estruturantes, como melhoraram a qualidade de vida dos Espinhenses. Não obstante estas melhorias, Espinho é hoje uma cidade e um concelho com carências a nível dos cuidados de saúde primários, com implicações diárias para a nossa população, com uma gritante ausência de um plano de captação de investimento para o nosso concelho, apesar de todas as características atrás referidas, apresentando um parque habitacional social degradado, não proporcionando em muitas situações condições condignas de habitação. O concelho de Espinho está sistematicamente a perder competitividade para os concelhos vizinhos, fruto da falta de uma visão estratégica e adequadas*





*políticas direcionadas para a captação de investimentos, o que tem consequências diretas na economia local. Apesar de todo o investimento efetuado, de todo o sacrifício enfrentado pela população, de se terem conferido à cidade novos espaços, melhor mobilidade, a verdade é que Espinho está hoje uma cidade mais cinzenta, mais triste, onde o detalhe é esquecido, onde os espaços verdes estão descuidados, onde a limpeza dos locais públicos é negligenciada, onde pequenas reparações na via pública demoram semanas a serem resolvidas, onde qualquer tomada de decisão e concretização, por mais simples que seja, demora muito mais tempo do que seria desejável ou simplesmente não se assume, refugiando-se todo o processo decisório em estudos e mais estudos. Os Espinhenses escolheram um projeto político, assente em alegadas novas ideias e novos projetos, que ao fim de mais de um ano e meio, em nada se concretizaram de positivo para a cidade. É tempo dos eleitos por este projeto político começarem a concretizar as suas ideias nos mais variados setores. É tempo de os Espinhenses sentirem que quem conduz os destinos da nossa Autarquia, está preocupado com o seu bem-estar, com as suas condições de vida e, simultaneamente com o futuro do Concelho e não somente com a sua sobrevivência política. É preciso promover qualidade de vida, é preciso melhorar o acesso aos cuidados de saúde primários, é preciso resolver as carências habitacionais existentes, é preciso atrair investimento, é preciso fixar jovens, é preciso olhar para os problemas que afetam diretamente os Espinhenses, é preciso que os projetos, as intenções, os estudos, os planeamentos se concretizem, é preciso coragem para que as decisões se assumam por quem de direito. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 14 de junho de 2023, delibera: - Saudar os Espinhenses e o seu município pelo 50º aniversário da elevação de Espinho a cidade.”*

## Intervenções

Teixeira Lopes (PS) disse que a pretexto da comemoração do 50º aniversário fazia-se um ataque descabelado em relação a uma Câmara que tinha praticamente pouco mais de um ano, esquecendo-se dos 12 anos anteriores do PSD e as malfeitorias feitas, punidas eleitoralmente, escamoteando-se responsabilidades.

Bruno Morais (BE) quanto à renovação do Parque Escolar referido na moção, fez notar que estava incompleto e que, quanto à habitação social, deviam ter dito que na última década não houve nova construção.

Votação: aprovada com 22 votos a favor e 3 abstenções.

#### Declarações de voto

Teixeira Lopes (PS) “Apesar das críticas que fiz ao conteúdo dos considerandos da saudação do PSD, e necessariamente não estavam a votar os considerandos, é a razão pela qual o PS votou a favor. Somos Espinhenses, gostamos de Espinho, procuramos, na missão que nos confiaram, defender o melhor que pudemos e sabemos os interesses da população e por isso mesmo a deliberação em si vai ser votada favoravelmente. Não faz sentido o que foi dito anteriormente.”

Manuel Dias (JF Paramos) “Votei favoravelmente por amor a Espinho porque acho que não era o momento numa efeméride que vamos dentro de dias comemorar apresentar uma saudação neste sentido. Haverá com certeza outras datas e tínhamos muito mais para dizer do que fazer críticas. Tinham de unir-se em torno de Espinho numa data festiva”

Nuno Almeida (JF Anta e Guetim) “pese embora me ter abtido, reconheço a honestidade intelectual e o respeito mostrado pelos vogais do PSD e o reconhecimento que as políticas dos últimos 12 anos implementadas no município trouxeram ao desastre, à catástrofe enunciados no documento.”

Entrando no período da ordem do Dia, o Presidente da Mesa disse que, de acordo com o estabelecido em sede da Comissão Permanente, iriam discutir, de seguida o ponto 3. Proposta de 2.ª Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais 2023 (Grandes Opções do Plano e no Orçamento da Receita e da Despesa) e deu a palavra à Câmara para apresentar o documento

Presidente CME disse que devido aos aumentos dos salários dos funcionários, com efeitos retroativos em janeiro, do subsídio de refeição, das promoções, do número de funcionários devido às transferências de competências, dos juros, custo da energia, vieram pesar no orçamento, levavam à necessidade da transferência de verba da despesa de capital para a despesa corrente no montante de 750 mil euros.

Filipe Pinto (PSD) disse que, para além das modificações para despesas de pessoal, candidaturas ao PAOITI e reforço dos encargos com armazéns da Câmara, verificavam-se ainda outras alterações ao orçamento, como, por exemplo, para os



serviços individuais de saúde, mais 371 mil euros. Verificava-se mais uma vez o desvio de fundos de capital de investimento para despesas correntes

Presidente CME esclareceu que as transferências das competências na área da saúde pesou no orçamento e também, apesar das candidaturas que tinham feito, a Câmara tinha de suportar o valor do IVA, por exemplo, por cada 100 mil euros de investimentos, 23 mil de IVA

Não havendo mais perguntas passou-se ao período de intervenções políticas, tomando a palavra a vogal Ana Rezende (CDU) que referiu que permanentemente surgiam alterações aos documentos previsionais que não resultavam apenas de alterações legislativas extraordinárias, como o caso dos salários, mas também de outras que deviam estar previstas, ou seja, aprovisionadas, com margens necessárias. Disse que a Câmara aceitou, apressadamente, a transferência de competências na área da saúde, verificando-se já aumento de despesa na área da saúde e era preocupante que dinheiro de todos continuasse a ser tratado com ligeireza, de forma pouco transparente, fazendo-se engenharia financeira para transferir verbas alocadas para determinadas rubricas para outras, verificando-se que havia ali 250 mil euros muito mal justificados.

Bruno Morais (BE) disse que era pena ser apenas 500 mil euros para atualizações salariais e que os retroativos sejam a janeiro, sendo que já deviam ter sido repostos anteriormente. Que existia muita engenharia financeira, com movimentações de parcelas, realçando a retirada de 36,9 mil euros da proteção do meio ambiente, natureza e corredores verdes e que gostaria de ter visto que as entradas novas de capital para a conta corrente nos serviços sociais, educação, saúde e desporto, que não fosse para despesas de pessoal mas para melhoria de serviços de todos os espinhenses.

Filipe Pinto (PSD) que tinham notado que, em termos de orçamento, a Câmara Municipal não estava a ser objetiva nem coerente porque estava sempre a fazer correções, existindo uma adaptação de contabilidade, retirando-se e colocando-se verbas. Que em Dezembro votaram o orçamento e em junho já estavam a adaptá-lo, sendo que em dezembro já deviam saber os custos que teriam com, por exemplo, os encargos com os armazéns.

Ana Paula Africano (PS) disse que não podiam ignorar que no ano passado e no ano em curso, todas as circunstâncias em que estava a correr a execução do orçamento eram inabituais, nomeadamente o contexto da inflação que afetava o orçamento com os custos dos empréstimos, custos com execução de obras e outros. Que os preços estavam em alteração permanente e de forma imprevisível. Que a transferência de novas competências e as novas decisões do governo sobre aumentos salariais com retroativos tinham impacto e também acrescia dinheiro do PRR para execução de projetos que obrigava a Câmara a encontrar a sua contraparte para lhes poder dar andamento. Que os ajustamentos orçamentais eram comuns na execução de todos os orçamentos, em todos os anos, e o contexto em que os orçamentos estavam a ser executados, com mais grau de imprevisibilidade ou de imprevistos obrigavam a que o número de ajustamentos fosse maior e pudesse ocorrer com mais frequência. Disse que o termo engenharia financeiro não era muito feliz porque tinha uma conotação bastante negativa porque apontava para mascaramento das contas e não era isso que estava de qualquer forma ali em causa.

Ana Rezende (CDU) protestou referindo que em novembro, dezembro do ano passado, quando apresentados os documentos previsionais já se conheciam os números da inflação e já existia, à nível europeu, uma previsão das taxas de juro. Que os tempos eram inabituais, mas nem tudo era um ocultação, sendo que o executivo apresentou os documentos previsionais e as GOP sem ter em atenção o previsível e margens de manobra. Sobre a expressão "engenharia financeira" utilizada, disse que, se havia coisa que tinha acontecido no município e não era de agora, era um permanente mascaramento e opacidade das contas apresentadas e que a informação prestada à Assembleia vinha sempre imbuída de um grau muito pouco transparente e acessível.

José Carvalhinho (PS) disse que se viviam tempos de grande incerteza e alterações constantes das condições económico-financeiras. Fez notar que o orçamento não podia ter despesas superiores às receitas e quando apresentavam o orçamento tinham o condicionalismo de que o cálculo às receitas era feito com base na média dos dois últimos exercícios, orçamentando-se a despesa com base naquela receita. Que na atual conjuntura era natural que se fizessem revisões orçamentais. Recordou que quando a assembleia aprovava o orçamento também aprovava as autorizações genéricas que permitiam à Câmara Municipal fazer a sua gestão corrente e modificações orçamentais dentro do previsto nas autorizações genéricas. Disse que



também houve alteração da receita, com mais 940 mil euros de verbas provenientes do PRR. Sobre as alterações orçamentais da despesa disse que a mais significativa foi provocada pelos aumentos salariais com efeitos retroativos, para o que foi feito um reforço de 545 mil euros, verbas aquelas que não estavam cabimentadas porque não estavam previstas. Que da mesma forma que houve um reforço das verbas correntes, havia também um reforço das despesas de capital em 300 mil euros. Disse que aquela gestão financeira significava que havia um reforço de 1,9 M€ e por outro lado uma diminuição de 1 M€ e na despesa de capital, uma diminuição de 784 mil euros e, por outro lado, um reforço de 314 mil. Que não havia intenção de ocultação de absolutamente nada.

Filipe Pinto (PSD) sugeriu que o vogal José Carvalhinho fizesse a sua intervenção com as suas explicações no início para que as dúvidas fossem desde logo escamoteadas, fazendo notar que, quem os tinha de informar, era a Câmara Municipal, sendo que o Presidente da Assembleia Municipal, apesar de também ser vogal, tinha de ser independente

Ana Rezende (CDU) disse que as explicações do vogal José Carvalhinho traziam à tona a impreparação do executivo que não conseguia dá-las. Sugeriu que passassem a fazer mapas comparativos entre o aprovado nos documentos previsionais com aquelas alterações para perceberem melhor o que vinha ali escrito e por outro lado, a CDU nunca aprovou as autorizações genéricas

Votação: aprovado com 13 votos a favor, 11 votos contra e 1 abstenção

Minuta de deliberação: "Proposta de 2.ª Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais 2023 (Grandes Opções do Plano e no Orçamento da Receita e da Despesa): A Assembleia Municipal de Espinho, para efeitos da sua competência fixada na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar a Proposta de 2.ª Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais 2023 (Grandes Opções do Plano e no Orçamento da Receita e da Despesa) – com base na proposta apresentada pela Câmara Municipal (ao abrigo da sua competência fixada na parte final da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL) – com vista: a um reforço de 750 000,00€ das rubricas de natureza Corrente, por contrapartida da diminuição em igual montante das rubricas de Capital; à criação da rubrica de Receita 06.03.06.03,

designada "MRR – Mecanismo de Recuperação e Resiliência", para o registo da receita Corrente com origem no Fundo de Resiliência; e à alteração da designação do plano 2023/A/20 "Apoio a Iniciativas Desportivas" para "Apoio a Iniciativas Desportivas e Juventude". A deliberação foi tomada por maioria com 13 votos a favor, 11 votos contra e 1 abstenção".

Presidente da Mesa disse, conforme decidido na reunião da Comissão Permanente, passariam, de seguida, ao ponto 4 da Ordem de Trabalhos Projeto de "Regulamento municipal de atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social" e deu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do documento

Vereadora Leonor Fonseca referiu que foram transpostas as normas seguidas pela Segurança Social, sendo que para cada prestação pecuniária tinha de haver um processo à exceção de sem abrigos e passantes, que cumpram os requisitos do regulamento, em estreita articulação com quem assumiram a transferência de competências naquele âmbito

Presidente da Mesa disse que, atendendo à importância do assunto, abria de seguida um período para questões que os vogais quisessem colocar

Alexandra Flor Bastos (PSD) perguntou se o município já tinha abarcado e aceiteado as transferências na área social e em caso afirmativo, o que a Segurança Social tinha comunicado, sendo que queria perceber se tinham vários pedidos para aquele tipo de situações

Ana Paula Africano (PS) disse que era uma área específica de atuação e perguntou se a Câmara tinha recursos humanos capacitados em quantidade suficiente para atuar naquela área, tendo em conta a questão colocada anteriormente

Bruno Morais (BE) perguntou qual o número de cidadãos previstos para usufruírem dos montantes de apoios sociais e quais os montantes previstos para aqueles apoios

Vereadora Leonor Fonseca disse que o número de processos iriam continuar a ser superiores aos detidos pela Segurança Social, não obstante a bitola ser a do número de processos que estava a ser trabalhado pelas Técnicas de ação Social das Instituições com que a Câmara protocolou a transferência de competências. Disse que



estavam todos cientes que atendendo às contingências socioeconómicas e financeiras, os processos teriam tendência para aumentar. Disse que para além da verba inicial, foi já transposta para lei a verba que aguardava legislação complementar para ser aumentada, sendo que já dispunham, para além dos 300 mil euros, mais 90 mil e que os critérios de atribuição constavam do regulamento. Disse que as instituições que faziam o serviço de acompanhamento e atendimento social eram as mesmas e que não deixaram cair nenhum dos recursos humanos afetos, ficando com os mesmos técnicos, pelo que os recursos humanos estavam assegurados.

Alexandra Flor Bastos (PSD) perguntou se a descentralização era positiva para a população, quais eram as mais-valias e em que consistia

Ana Rezende (CDU) perguntou se existia algum relatório da Comissão de Acompanhamento da transferência de competências na área social. Que a verba disponibilizada de 390 mil euros lhe parecia muito escassa para os casos que existiam e com tendência para aumentar, pelo que perguntou como pensavam fazer face às situações se tivessem de despende mais do que aquele valor

Vereadora Leonor Fonseca disse que a lei quadro de transferência de competências para as autarquias locais era uma obrigação e não opção e perguntou o que o PSD fez relativamente à descentralização das competências. Sobre a verba ser ou não suficiente, disse que existiam tetos e regras, instituídas já com a Segurança Social e que passaram para o poder local.

Alexandra Flor Bastos disse que seria importante fazer-se uma avaliação da transferência de valores para saberem se conseguia colmatar as necessidades

Vereadora Leonor Fonseca disse que a Comissão de Acompanhamento na área das transferências, pela Segurança Social, duraria um ano pelo que aquele trabalho seria feito entre a autarquia e a Segurança Social.

Presidente da Mesa propôs a criação de uma Comissão de Acompanhamento da Descentralização por parte da Assembleia Municipal

Ana Rezende (CDU) perguntou qual a avaliação que as comissões de acompanhamento tinham realizado, quer na área Social quer na área da Educação. Referiu que as autarquias da CDU, embora a lei tivesse estabelecido um prazo de

vigência das comissões de acompanhamento, mantiveram-nas em funcionamento. Concordou com a proposta do Presidente da Mesa

Abel Santos (PSD) disse que, a posição do PSD era muito clara sobre a descentralização, tendo sido sempre foi contra, lendo o título de uma notícia de julho 2022 que referia “autarcas do PSD exigem regras claras para aceitar a descentralização de competências”. Deviam lutar para que os envelopes financeiros fossem suficientes.

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação do documento, tendo o mesmo sido aprovado com 16 a favor e 9 abstenções

Minuta de deliberação: “ Projeto de “Regulamento municipal de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social”: A Assembleia Municipal de Espinho, ao abrigo da competência regulamentar dos municípios prevista no n.º 7 do artigo 112.º e no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e em especial na alínea g) n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual), e para efeitos do exercício da competência do município para atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social a conceder a pessoas isoladas ou a agregados familiares, no concelho de Espinho, no âmbito do funcionamento do Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social (SAAS) – que se encontra estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º e no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, devidamente conjugados com o previsto na alínea e) do n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua redação atual, e, igualmente, no Decreto-Lei n.º 120/2018, de 27 de dezembro, na Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, na sua reação atual, e no Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho -, e da atribuição genérica do município em matéria de ação social prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º do RJAL -, aprovou o “Regulamento municipal de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social”, nos termos do projeto que lhe foi apresentado pela Câmara Municipal após a fase de consulta pública, mais tendo deliberado que se proceda à sua publicação na 2ª série do Diário da República, em cumprimento do previsto no artigo 139.º do Código do Procedimento Administrativo. A deliberação foi tomada por maioria com 16 votos a favor e 9 abstenções.”





A reunião foi dada por encerrada, tendo o Presidente da Mesa informado que a data para a segunda reunião seria comunicada oportunamente e solicitou a cada um dos grupos municipais representados na Assembleia que indicasse um elemento para a Comissão de Acompanhamento da Descentralização de Competências.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal

---

A Funcionária Municipal,

---